



Depois da Pedra Fundamental, um decênio se passa...

# Muitos lutando pelos pilares da cidade mas Governo apático

A década que sucede ao lançamento da Pedra Fundamental, no ano do Centenário da Independência, é marcada por fatos esparsos de pífios resultados objetivos em favor do ideal mudancista da Capital para as regiões interiores do Planalto Central.

A par das dificuldades financeiras porque atravessa o País, este é um período politicamente difícil da vida nacional. As dificuldades de entendimento político-partidário fazem recrudescer lutas civis e violentas revoluções, nos Governos Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, Com a ascensão de Washington Luis ao Poder tudo parecia caminhar para uma "reconstrução" mas o descontentamento gerado pelos resultados das eleições presidenciais provoca a Revolução de 30 e a Nação passa a vir a Ditadura Vargas e só três anos depois há indícios de redemocratização, com a convocação de uma Constituinte e mesmo assim como resultado de uma luta intestina. No dizer de Teixeira de Freitas, uma "confusa encruzilhada".

XXX

Assim, os transtornos do presente dificultam, sem dúvida, aos Governos, raciocínios de preparação do futuro, em cujos planos a interiorização da Capital figuraria de forma indelével ante o conceito que tal idéia desfrutava na opinião pública nacional.

Apesar disso, algumas manifestações isoladas se fazem sentir em favor do ideal mudancista da Capital durante esta fase conturbada da vida nacional. E neste particular, destacam-se, nos anos 22 e 24, respectivamente, as manifestações e as proposições legislativas de Artur Bernardes e o plano da construção da cidade ideal do tenente-coronel Barros Fournier.

Dos presidentes que governaram durante esta fase da vida nacional, um - Artur Bernardes - dá, por mais de uma vez, demonstração do seu propósito de levar a Capital para o interior, porém quase todo o seu período é perturbado por violentas revoluções de ordem político-partidária, o que dificulta qualquer iniciativa.

Agora manifestações esparsas pela imprensa ou no Congresso, dois fatos provocados por geógrafos e estatísticos brasileiros de renome voltam a lembrar, nos anos 32 e 33, a imperiosidade da mudança da Capital: a divulgação de estudos de Teixeira de Freitas sobre tal necessidade e as conclusões da Grande Comissão da Sociedade de Geografia aconselhando o acerto da solução. Cruls e recomendando a execução da transferência da Capital. Tais fatos, embora de ordem teórica, são o maior significado para criar um estado de espírito na opinião pública e a influenciar os constituintes que, a partir de 1933, tratam de elaborar a nova Constituição.

## AMERICANO DO BRASIL

Entendendo que o lançamento da Pedra Fundamental da nova Capital no Planalto Central teve o sentido de um lembrete perene a recordar aos governos um dever irrevogável e que significa um princípio de ação, o começo da construção da Capital no hinterland, o deputado goiano Artur Bernardes se lança, a partir da fixação do marco inicial, em 7 de setembro de 1922, a uma série de pronunciamentos em defesa do ideal mudancista e, no propósito de efetivar a medida, apresenta dois projetos à Câmara. Um, propondo que o Governo Federal administrasse a área do Quadrilátero Cruls e organizasse a justiça do futuro Distrito Federal. Outro, autorizando o Executivo a abrir concorrência pública para a construção da nova Capital da República. Artur Bernardes, do Brasil, antes, juntamente com o deputado maranhense Rodrigues Machado, autor do projeto para o lançamento da pedra fundamental.

## BARROS FOURNIER

Inspirado naturalmente na força dos argumentos e dos princípios de Artur Bernardes, um homem de grande visão e coragem propôs um plano fantástico pelo qual se comprometia a construir, praticamente sozinho, a nova Capital do Brasil no Planalto Central e entregá-la concluída em 10 anos, podendo ser inaugurada em 15 de novembro de 1936. E mais: propunha ainda construir uma estrada de ferro interligando o Quadrilátero Cruls ao Rio, Cuiabá, Salvador, Recife e Belém. Seria a "Estrada de Ferro Redentora", com 7 mil quilômetros.

Tudo sem ônus para a União e sem pedir concessões para exploração de serviços comunitários, a exemplo do que vinha ocorrendo com projetos e mesmo propostas anteriormente apresentadas ao Congresso. Em contrapartida ao tudo que faria ou daria, queria permissão para emitir ações da "Estrada de Ferro Redentora" cujos acionistas reunissem sob a forma de sindicato e teriam participação em dividendos das operações da via férrea, bem assim na venda de terras, na área demarcada, que oportunamente viesse a ser feita.

Trata-se do tenente-coronel Luis Mariano de Barros Fournier que, nos anos 24 e 25, encaminha sua proposição ao Senado e ao Presidente da República, respectivamente. A propósito, concede entrevista à imprensa e fala à oficialidade no Clube Militar, defendendo em todas as oportunidades, a necessidade da interiorização da Capital do Brasil e justificando a viabilidade do seu plano.

## JOÃO BARBALHO

Um depoimento valioso em favor da interiorização da Capital ocorre, dois anos após o lançamento da pedra fundamental, pela palavra do constitucionalista João Barbalho que publica os seus "Comentários à Constituição".

Além de demonstrar a imperiosidade do cumprimento da Lei Magna que no seu artigo terceiro impõe de forma clara e sem subterfúgios, a demarcação de uma área de 14.400 quilômetros para nela estabelecer-se a futura Capital do Brasil, João Barbalho faz estudos e observações sobre o comportamento de outros povos que ou têm suas capitais interiores ou as transferiram para o hinterland pelas conveniências bastante conhecidas e que cada circunstância impunha. Neste particular, fundamenta-se também nos ensinamentos de Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

Assim, define que o cumprimento do preceito constitucional, além das vantagens de ordem estratégica e de segurança com relação a inimigos externos, Barbalho é de opinião que colocada a Capital em lugar proximamente equidistante dos extremos nacionais, como pretenção à Constituição, facilitam-se as comunicações e relações com os Estados, em múltipla vantagem para eles e para a União.

E lembra que o vastíssimo, rico e ubérrimo interior do País terá, com a Capital ali estabelecida, melhores condições de desenvolver-se em civilização, e em aproveitamento de suas riquezas, deixando de ser grande somente na extensão de suas terras, fauna, rios e florestas. Desde que se estabeleça a Capital no interior, a nova cidade, por natural influxo, não será somente centro de Governo, mas via de disseminação de progresso, veículo de prosperidade e engrandecimento das regiões circunvizinhas.

Por fim, fundamentando-se em exemplos internacionais e arguindo as impropriedades

de uma cidade marítima como Capital, o consagração do jurista é de pensamento que os homens responsáveis pela suprema direção dos negócios públicos devem estar num local mais sereno e isento e não no Rio de Janeiro por ser uma cidade imprópria, má e perigosa à segurança do Governo, seja motivos de ordem topográfica ou estratégica ou política.

## ARTUR BERNARDES

Referindo-se ao Presidente Artur Bernardes, prestes a assumir o Governo, o deputado Artur Bernardes, em um discurso de 1922, insinua que um mineiro - e Bernardes era de Minas - seria o realizador da transferência da Capital e, só com isto, estaria "fadado a ser o extremo dos sonhos inconformes com a transplantação da árvore alegórica dos tabuleiros do Brasil Central".

E Artur Bernardes revela-se, por mais de uma vez, quando Presidente, bastante empenhado na mudança da Capital. Talvez a "confusa encruzilhada" com que se defrontava o Brasil na sua economia e finanças, bem como na política, não tenha permitido a Artur Bernardes fazer alguma coisa de concreto além das suas boas intenções.

Em duas de suas mensagens ao Congresso, o Presidente Artur Bernardes, nos anos 25 e 26, dá testemunhos eloquentes do seu interesse pelo assunto, por se fazer de reconhecida necessidade.

Assim, diz, textualmente, que "urge realizar a mudança da Capital da União", pois o Rio de Janeiro em sendo um grande centro industrial e grande empório comercial tem uma vida de "vantajosa influência na vida econômica do Brasil", mas de "preponderância inegável na orientação dos governos", impedindo, assim, por vezes, os governos de "melhor atender aos interesses e necessidades mais gerais do nosso vasto território".

A Capital no interior - afirma Artur Bernardes - seria um laço de conexão entre as diversas unidades federadas e poderia irradiar para todas as direções as vias de transporte e comunicação e outros elementos de progresso da alçada da União e, em emergência de defesa nacional, a atuação do Governo seria muito mais segura e eficiente. E, acrescenta: Os poderes públicos, para uma atuação proveitosa ao País, precisam de uma atmosfera de completa tranquilidade de ação, isenta de preocupações locais e de solicitações de classe, que, em seu proveito, podem, mesmo involuntariamente, causar danos ao interesse geral da Nação.

Entendendo que, pela Constituição, a competência de "mudar a Capital" é de iniciativa parlamentar, Artur Bernardes chega a tentar convencer os parlamentares da conveniência e urgência da medida, ao exortá-los, na sua Mensagem anual, que "o Congresso Nacional deve desenvolver a sua ação em um centro do qual possa auscultar o sentimento nacional, com exatidão e calma, sem a visão alterada por um local impróprio de observação, sem a reflexão perturbada pelo tumulto de uma grande cidade cosmopolita e onde a segurança material dos representantes dos poderes públicos se ache fora do alcance de ataques externos e de atentados interiores".

Artur Bernardes chega a afirmar que a interiorização da Capital se constitui "um dos assuntos que trazíamos em mente para o Governo" e confessa, já no final do seu Governo, que não lhe foi possível dedicar ao assunto "a atenção necessária, devido às circunstâncias que tem absorvido as preocupações da administração e os recursos da Nação". Sobre as "circunstâncias" alegadas por Bernardes, Teixeira de Freitas, fazendo um retrato da época, disse que o País vivia "uma situação política sem saída devido ao choque das ideologias políticas" e acrescentando a isto "o colapso econômico e financeiro que nos imobiliza".

## RAMOS CAIAO

Um outro goiano além de Artur Bernardes do Brasil se ocupa, neste mesmo período, com a causa da interiorização da Capital. Trata-se do Senador Ramos Caiado.

O representante goiano na Câmara Alta faz um circunstanciado estudo histórico do ideal mudancista e ajunta ao seu pronunciamento uma série de observações de membros da Comissão Cruls sobre as regiões do Planalto Central e sobre o Quadrilátero escolhido pela mesma Comissão.

Com base nas razões apontadas, Ramos Caiado dirige a si e a todos uma indagação:

Se é uma aspiração nacional, acariciada desde os tempos da Independência, amadurecida no cérebro dos nossos maiores estadistas, durante três gerações sucessivas, sem solução de continuidade, por que deixamos em olvido o problema consubstanciado neste sábio preceito que determinou a mudança da Capital da República?

Ao final do seu pronunciamento, condena o ambiente político e de pressões existente no Rio de Janeiro, onde os poderes públicos sofrem a "ação dos demolidores e das influências dos inimigos da ordem e das instituições", o que tem causado "um grande mal às finanças nacionais". E pede que seja examinado um projeto do senador Justo Chermont (do Pará) que manda abrir concorrência para a construção da nova Capital e que, há cinco anos, "dorme no seio das Comissões do Senado desde 1919". Igualmente, idêntico projeto tramitava na Câmara, a partir de 1922, e de autoria de Artur Bernardes do Brasil.

## UM NOVO PROJETO

Uma nova tentativa parlamentar se registra por intermédio do deputado Cezar Magalhães (Rio) em 1926, quatro anos após a apresentação do Projeto Artur Bernardes.

Cezar Magalhães apresenta projeto autorizando o Executivo a mandar construir a nova Capital na área já demarcada e estabelecendo o prazo de 10 anos para conclusão da obra. Estabelece inclusive a formação de uma Comissão integrada por cinco Ministros para, no prazo de 60 dias após a publicação da Lei sugerida, receber proposta de empresas ou pessoas interessadas na obra. O representante estatui, no seu projeto, que a construção dar-se-á sem privilégios, ou seja, que o Governo não concederá concessões de exploração dos serviços comunitários a quem vençesse a concorrência, o que vale dizer que a obra seria realizada às expensas do Poder Público.

A justificativa de Cezar Magalhães ao seu projeto é um verdadeiro estudo sobre o assunto, haja vista que é redigida em 35 laudas datilografadas, nas quais avoca opiniões de figuras nacionais do maior destaque e que se manifestam favoravelmente à idéia.

A exemplo de outros, o Projeto Cezar Magalhães não teve tramitação, indo suas páginas se incorporar ao acervo dos arquivos da Câmara.

## GEÓGRAFOS E ESTATÍSTICOS

O geógrafo Teixeira de Freitas, em conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, levanta a questão da mudança da Capital para o interior ao abordar o tema de sua preferência: a Redivisão Territorial do Brasil em trinta unidades.

O assunto é abordado durante quase duas horas e Teixeira de Freitas, depois de expla-

nar sobre todas as suas idéias quanto ao reajustamento territorial do quadro político brasileiro, expressa o conceito de ser necessário se cuidar da articulação das trinta unidades federativas centralizando este sistema por "uma metrópole no interior do País".

Quanto à localização desta Capital, Teixeira de Freitas tem opinião formada de que "o ideal seria, sem dúvida, a transferência para o retângulo do Planalto Central, já demarcado para tal fim". Todavia, argumenta urgência para uma transferência imediata, ou seja, de emergência, daí busca encontrar uma "solução intermediária".

A solução intermediária proposta se sugeria em razão da emergência com que o assunto deveria ser resolvido, em face da necessidade de integração do próprio plano de redivisão territorial que pregava e, também, tendo em vista a "confusa encruzilhada" com que se defronta o Brasil devido as agitações políticas e o colapso econômico e financeiro que imobiliza a Nação. Interiorizar a Capital se apresenta, na visão de Teixeira de Freitas, como o melhor caminho para começar a dissipar aquela "confusa encruzilhada".

E ante a urgência da imediata interiorização da Capital busca o conferencista encontrar no interior do Brasil uma cidade já pronta, de feição moderna, perfeitamente higienizada e já ligada aos centros mais importantes. E dentro deste quadro a cidade indicada seria Belo Horizonte, deixando-se a transferência para o Quadrilátero Cruls para uma segunda etapa. Seria uma "medida de emergência e, simultaneamente, preparatória da localização definitiva", no retângulo já demarcado.

## A GRANDE COMISSÃO

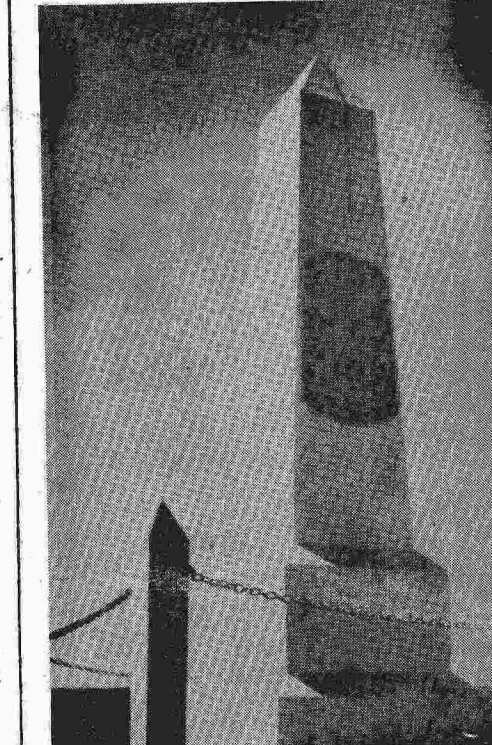
Enquanto os constituintes se reúnem, em 33, para elaborar a nova Carta Magna, a So-



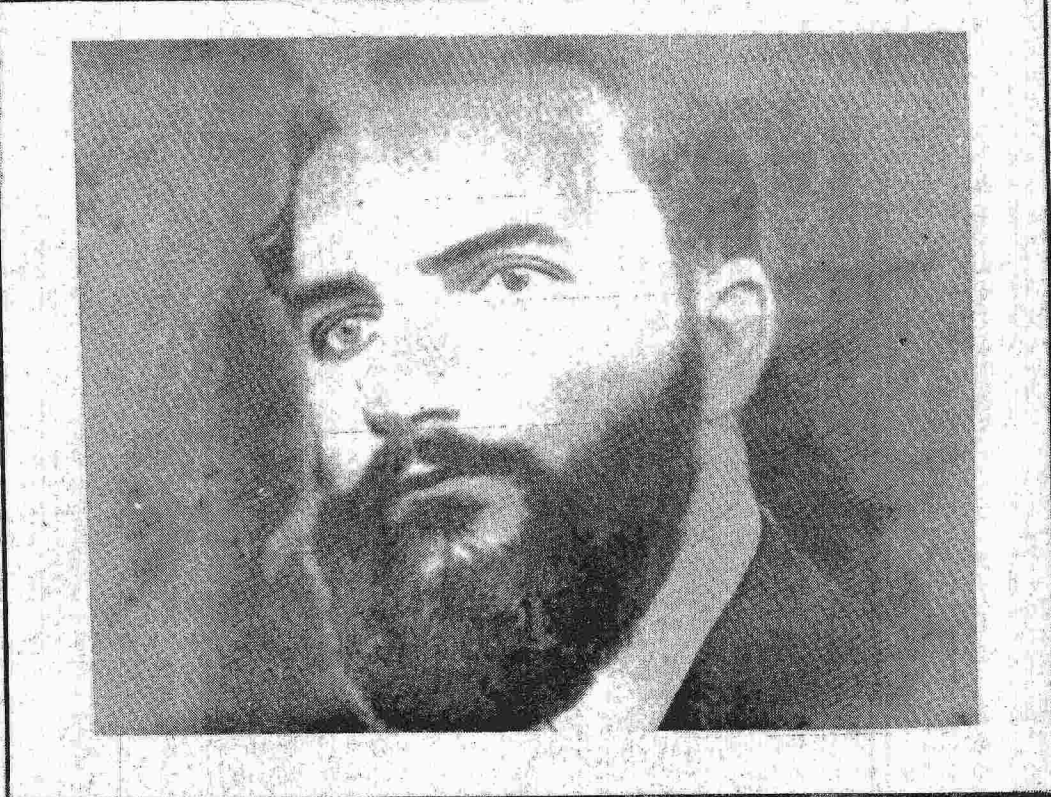
Presidente Artur Bernardes.



Teixeira de Freitas.



E a Pedra Fundamental ficou como um lembrete.



Deputado Artur Bernardes do Brasil.

cidade de Geografia do Rio de Janeiro, hoje Sociedade Brasileira de Geografia, constitui uma Grande Comissão para estudar os problemas da Redivisão Territorial e da localização da Capital Federal, questão levantada, um ano, por Teixeira de Freitas perante os membros do Instituto Histórico.

Contraindo o ponto de vista de Teixeira de Freitas que defendia a imediata transferência da Capital em caráter de emergência para Belo Horizonte, a Grande Comissão da Sociedade de Geografia decide-se pela Solução Cruls, ou seja, a área demarcada, no final do Século Dezenove, por Luis Cruls no Planalto Goiano, em obediência ao imperativo do artigo 30. da Constituição de 1891.

XXX

Definindo-se sobre o assunto, a Grande Comissão considera que a Capital sendo gânglio de irradiação de cultura e de progresso como um verdadeiro foco luminoso, deve localizar-se em um ponto central, de maneira a exercer bem e com equidade sua poderosa função civilizadora. A propósito e em defesa de sua opinião, cita o General Gordon, que aconselhando o Governo chinês a mudar a sua Capital para ponto mais central daquele país, assim se definiu: "O Governo, como a rainha de um enxame de abelhas, deve residir no meio da colmeia".

As vantagens da mudança da Capital para o interior são, no entender da Comissão, de tal natureza e tão numerosas que não é mister discutir o assunto. Todavia, alinha duas justificativas:

construída no centro do país, torna-se fácil ao Governo geral manter e multiplicar relações com todas as unidades competentes da Federação, colocadas em derredor do poder nacional;

as capitais interiores ficam mais bem protegidas dos ataques externos, resguardam melhor as tradições nacionais, têm vida menos cosmopolita. No Brasil, fadado por várias razões de sua constituição geológica, deficiente cultura e formação histórica, a desenvolver no planeta por muitos anos ainda, uma civilização agropecuária - mineradora, a Capital interior será o primeiro passo de uma vasta e necessária política nacional. A Capital interior levará para a hinterland o influxo criador de que ele carece, vitalizando-o.

Por fim, vê na transferência da Capital "um imperativo categórico do progresso e da unidade" nacionais.

Presidida pelo geógrafo Everardo Backheuser, presidente da Sociedade de Geografia, a Comissão é integrada por membros de órgãos e entidades os mais representativos da nacionalidade. Por exemplo: Hélio Gomes, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; José Lessa Bastos, do Clube Militar; Raymundo Pereira da Silva, do Clube de Engenharia; Canabarro Rechart, do Instituto dos Advogados; tenente-coronel Raul Bändeira de Mello, do Instituto de Engenharia Militar; general Liberato Bittencourt e capitão Antônio Ferraz, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; tenente-coronel Armando Ribeiro e capitão Edmundo Gastão da Cunha, do Serviço Geográfico do Exército; major Antônio Fernandes Távora, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; José Pedro Carneiro da Cunha, Alcides Bezerra e Saladino de Gusmão, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; capitão-de-corveta Antônio Alves Câmara e capitão-tenente Ary dos Santos Rangel, do Ministério da Marinha; e major Raul Silveira de Melo e major Mário Ramos, do Estado Maior do Exército.

## FATOS PARALELOS

Alguns fatos paralelos e de menor destaque ocorrem neste mesmo período de dez anos que medeia o lançamento da Pedra Fundamental da nova Capital e a instalação da Constituinte de 33/34.

Dentre tais fatos, merecem citação os seguintes:

O jornal "A Ordem", do Rio de Janeiro, publica, em 1930, um plano completo de edificação da nova Capital brasileira, de autoria de Theodoro Figueira de Almeida que se assina com o pseudônimo de "Th Emerson". O articulista divulga o seu trabalho em cinco páginas de "A Ordem", sob o título "Ideal em Maícha" e no qual dá à nova cidade o nome de Brasília, "a cidade histórica da América". Além de um estudo histórico e uma descrição do plano da futura metrópole brasileira, publica o traçado urbanístico da cidade, ocupando um página inteira.

A Comissão de Finanças do Senado, nos meses de novembro e dezembro de 1924, pede a opinião do Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, sobre uma proposta do tenen-

coronel Luiz Mariano de Barros Fournier objetivando construir a nova Capital e um projeto, de autoria do senador paraense Justo Chermont, apresentado em 1919, autorizando o Executivo a abrir concorrência para a construção da nova Capital, sem ônus para a União e mediante privilégios a quem se decidisse construí-la.

A Coluna Revolucionária comandada por Miguel Costa, Carlos Prestes, Juarez Távora e João Alberto ao atravessar o Estado de Goiás faz duas promessas: transferir a Capital do Estado e, igualmente, a Capital da União para o interior, segundo o professor Boaventura Ribeiro da Cunha que presenciou a declaração em praça pública, na cidade de Porto Nacional.

A ligação rodoviária interligando o Quadrilátero Cruls ao litoral é lembrado e proposto, segundo engenheiro M. Demóstenes, por Schnoor e pela Comissão de Estradas de Rodagem, respectivamente.

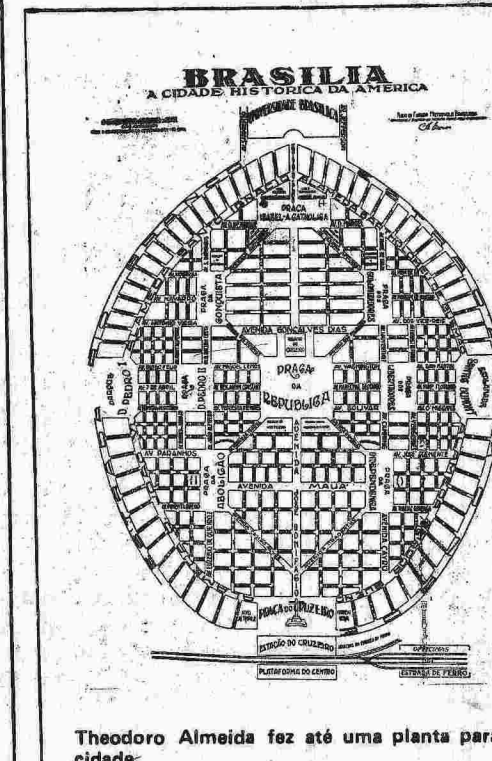
Uma das poucas manifestações da imprensa carioca ocorre por intermédio do jornal "O Globo" publicando, em 1928, um artigo de Mário de Alencar que não compreende nem vê explicação o fato de ter ficado durante cerca de quarenta anos sem execução o preceito constitucional, o qual, se cumprido, teria antecipado o Brasil em cem anos de progresso. Dizendo que o Brasil é "um imenso corpo atleito", em que vive só da epiderme (o litoral) Mário Alencar propõe para a rápida e eficaz correção de desequilíbrio nacional, a transferência da Capital para o interior, pois assim será o cérebro e o coração do País e tudo no Brasil sofrerá um impulso novo e terá uma nova feição, quer no campo econômico quer moral ou político.

Pelas páginas do "Jornal do Comércio" do Rio, a questão volta, em 1932, a ser examinada num longo artigo do desembargador Vieira Ferreira, o qual, de princípio, se confessa contrário a se transformar o Rio em Estado e de se mudar a Capital. E procura rebater todas as argumentações que se fazia em defesa da interiorização. Mas, admitindo-se que se mude a Capital em respeito ao preceito constitucional, Vieira Ferreira considera que se deva, antes de construir a cidade, dotar a região do Planalto Central de todas as vias de comunicação necessárias para integrá-la ao todo nacional e, só depois, pensar-se na construção da cidade. Vieira Ferreira chega até a sugerir nomes para a futura Capital: Ibéria ou Cabralia, preferindo o último.

## FICOU APENAS O MARCO

De um exame ou análise de todos os fatos de sentido mudancista, intermediando o lançamento da pedra fundamental até os trabalhos da Assembleia Constituinte de 33/34, ao longo de uma década, foram todos de ordem teórica e que revelavam apenas desejos e propósitos individuais, de um ou outro clarividente, em defesa do princípio da interiorização da Capital. Nada de prático e concreto ocorre de modo a significar que uma pedra a mais se lançava ao marco inicial da nova cidade no Planalto Central; todavia, serviram, pelo menos, para alimentar a idéia e a aspiração nacional.

E a pedra fundamental permanecia plantada na área do Quadrilátero Cruls como um lembrete - no dizer de Artur Bernardes do Brasil - a recordar o dever irrevogável de que novas pedras deveriam ser lançadas para erguer os pilares da cidade sonhada desde os Inconfidentes.



Theodoro Almeida fez até uma planta para a cidade.